

Brasília, 02 de julho de 2026

Seleção

Sumário

Blog Miriam Leitão - O Globo Online

Quinta-feira, 02 de julho de 2026 | ABPI

Os nomes confirmados na audiência do USTR sobre o tarifaço nos EUA. Veja a lista 3

CNN Brasil Online

Quarta-feira, 01 de julho de 2026 | Patentes

Em defesa final contra tarifaço, Brasil fala em "custos pesados" para EUA 4

MSN Notícias

Quarta-feira, 01 de julho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Aos 30 anos, engenheiro brasileiro cria marca de snacks saudáveis com receitas au... 5

Mundo do Marketing

Quinta-feira, 02 de julho de 2026 | Patentes

Microsoft adquire licença do pool de patentes Sisvel Wi-Fi Multimode 7

O Globo

Quinta-feira, 02 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Governo responde aos EUA que tarifaço é 'remédio inapropriado' 8

Folha.com

Quarta-feira, 01 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Designer alemão contesta direitos da Adidas sobre bola da Copa do Mundo 10

O Globo Online

Quarta-feira, 01 de julho de 2026 | Direitos Autorais

Justiça tem de deter roubo de conteúdo por robôs de IA 12

UOL Notícias

Quarta-feira, 01 de julho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Brasil contesta tarifa e diz que Pix não prejudica empresas dos EUA 13

Quinta-feira, 02 de julho de 2026 | Pirataria

O que sucesso das camisas falsificadas da seleção brasileira diz sobre o Brasil 15

Os nomes confirmados na audiência do USTR sobre o tarifação nos EUA. Veja a lista



O USTR comunicou aos inscritos a aprovação de suas participações na audiência sobre a Seção 301, marcada para a próxima semana. As sessões ocorrerão em dois dias e reunirão representantes brasileiros e norte-americanos. O pré-candidato do PL Flávio Bolsonaro, e o bolsonarista Paulo Figueiredo vão falar na audiência, cada um em um dia. Após serem responsabilizados pela taxação imposta por Donald Trump, eles tentam mudar a narrativa para dizer que irão defender o Brasil no USTR.

O governo não vai participar da audiência, o que é de praxe. Os negociadores seguem nas tratativas para tentar evitar a imposição de mais tarifas.

Lembrando o caso: em conclusão preliminar, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) acusou o país de promover práticas desleais em seis setores que prejudicam as empresas e o comércio americano. São exemplos o Pix, o desmatamento ilegal, falhas no combate à corrupção e as tarifas relacionadas à importação de etanol.

O primeiro dia da audiência pública será dividido em sete painéis e reunirá representantes do agronegócio, da indústria, do comércio, do setor de tecnologia e de entidades empresariais dos dois países. Cada um tem cinco minutos para sua exposição. O bolsonarista Paulo Figueiredo vai falar nesse dia. Welber Barral, representando a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia, também foi confirmado. Estão previstas falas de representantes do setor produtivo, como a Confederação da Agricul-

tura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira da Indústria de Arroz, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (Abics), e a **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**. Stefano Mozzi, executivo da Bauduco, também está na lista de confirmados. O professor da FGV Gustavo Pessoa vai participar nesse dia e defenderá o Pix.

Do lado americano, também estarão representantes da American Seed Trade Association, da National Coffee Association, da American Sugarbeet Growers Association, da U.S. Beet Sugar Association, da Association for Competitive Technology (ACT), da National Corn Growers Association e da Renewable Fuels Association.

O segundo dia, na terça-feira (7), terá mais sete painéis, com foco em temas ligados à indústria de transformação, siderurgia, calçados, madeira, papel e celulose, mineração, máquinas e equipamentos. Entre os participantes confirmados estão o senador Flávio Bolsonaro, o ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo, que falará em nome da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), além de representantes da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci).

Também participarão representantes da American Apparel & Footwear Association (AAFA), da Footwear Distributors & Retailers of America (FDRA), da National Retail Federation (NRF), da Energy Workforce & Technology Council, da International Wood Products Association (IWPA), da Steel Manufacturers Association (SMA), da Coalition of American Millwork Producers e da Natural Stone Institute (NSI), além de empresas como Cleveland-Cliffs e Steel Dynamics.

Em defesa final contra tarifaço, Brasil fala em "custos pesados" para EUA



Manifestação enviada por chanceler Mauro Vieira ao USTR argumenta que punição é inadequada para tratar de questões como Pix, combate à corrupção e desmatamento

Em manifestação por escrito encaminhada nesta quarta-feira (1º) ao USTR (Escritório do Representante Comercial da Casa Branca), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, apresentou uma defesa final do governo Lula no processo que pode culminar na aplicação de tarifas de 25% sobre produtos brasileiros nos Estados Unidos.

O USTR pretende concluir no dia 15 a investigação contra o Brasil no âmbito da Seção 301, que acusa o país de práticas desleais de comércio, com pontos como o uso do Pix, corrupção, desmatamento e fragilidades na proteção de **propriedade intelectual**.

"Ainda que o USTR mantenha qualquer uma das conclusões do seu parecer preliminar - o que não deveria fazer - , a punição proposta continuaria sendo inadequada. A legislação americana (Seção 301) autoriza apenas ações 'apropriadas e viáveis' para extinguir a prática ou política questionada. A tarifa proposta de 25% sobre produtos brasileiros, ressalvadas algumas exceções, não cumpre esse requisito", afirma o chanceler em suas conclusões.

"A medida está desconectada do objetivo real, que seria eliminar a conduta questionada, e vai impor custos pesados a empresas americanas sem resolver os problemas apontados", acrescenta Vieira.

"Na área digital, o órgão americano questiona ordens judiciais e supostos privilégios associados ao Pix. No combate à corrupção, aponta falhas na

fiscalização. Na **propriedade intelectual**, critica a demora na **concessão de patentes** e brechas na aplicação da lei. Já na área ambiental, aponta deficiências no combate ao desmatamento e seus impactos na concorrência de mercado."

O chanceler, então, argumenta: "O parecer do governo americano não explica como uma sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros forçaria mudanças em qualquer uma dessas áreas. Essa falta de conexão invalida o argumento. A legislação não dá uma carta branca para Washington impor barreiras comerciais sempre que discordar da conduta de outro país".

"A lei prevê medidas que sejam de fato desenhadas para encerrar a prática questionada. Nesse caso, a USTR se apoia, no máximo, na teoria de uma pressão econômica generalizada. Mas uma pressão sem critérios não substitui uma justificativa lógica de por que a medida escolhida é adequada para o problema apontado - especialmente quando as queixas são tão diversas e, em sua maioria, não têm relação com o comércio de mercadorias."

O governo brasileiro também alegou que um tarifaço pode prejudicar as próprias empresas americanas. Os Estados Unidos, segundo a defesa final, tiveram superávit comercial de US\$ 29,3 bilhões no comércio de bens e serviços com o Brasil em 2024.

Em um trecho no final do documento, Vieira observou que, das 223 manifestações protocoladas ao USTR no âmbito da audiência pública aberta pela Seção 301, 162 expressaram viés neutro ou contra as tarifas.

Ele também apontou que 43 companhias e associações empresariais americanas pediram exclusão de seus produtos de qualquer tarifaço.

"[Essas manifestações] mostram que muitas empresas e setores nos EUA esperam que uma tarifa ampla prejudique, em vez de beneficiar, a economia americana."

Aos 30 anos, engenheiro brasileiro cria marca de snacks saudáveis com receitas autorais e fatura 30 milhões



Engenheiro agrônomo criou receitas de snacks saudáveis na cozinha da sogra e hoje fatura alto com a própria marca.

O que começou como uma busca pessoal por uma alimentação mais saudável acabou se transformando em um negócio milionário. Aos 30 anos, o engenheiro agrônomo Marcelo Augusto Martins de Azevedo Souza trocou os planos de seguir a carreira nas fazendas da família para investir no mercado de snacks saudáveis.

Seis anos depois, a aposta deu resultado. A Bendu, marca criada por ele em 2020, reúne barras de proteína, biscoitos, paçocas e outros produtos desenvolvidos com receitas próprias. Em apenas três anos, o faturamento da empresa saltou de R\$ 4 milhões para R\$ 30 milhões, e a expectativa é continuar crescendo. A mudança começou com uma experiência pessoal

Muito antes de pensar em empreender, Marcelo já tinha um interesse especial por alimentação. Na infância e no início da adolescência, ele enfrentava dificuldades para emagrecer. Com acompanhamento médico e nutricional, passou a praticar esportes e começou a estudar mais sobre os alimentos que consumia, analisando tabelas nutricionais e ingredientes presentes nos rótulos.

Esse hábito despertou uma curiosidade que, anos depois, seria decisiva para sua vida profissional.

Em entrevista ao site Pequenas Empresas e Grandes Negócios, Marcelo conta que imaginava construir carreira nos negócios da família, ligados à administração de fazendas no interior paulista. Mas a

chegada do primeiro filho e o início da pandemia fizeram com que ele buscasse uma alternativa para garantir uma renda mais rápida.

Foi então que surgiu a ideia de aproveitar um galpão que estava parado e criar um negócio próprio voltado para alimentos saudáveis.

Sem grandes investimentos, os primeiros testes das receitas aconteceram na cozinha da casa da sogra. O primeiro produto era um creme de amendoim preparado de forma artesanal, vendido pelo WhatsApp e divulgado nas redes sociais. As entregas também eram feitas pela família. Receitas autorais se tornaram um dos diferenciais

Com o passar do tempo, o catálogo cresceu. Hoje, a Bendu conta com cinco categorias de produtos e mais de 20 itens diferentes. Segundo Marcelo, todas as receitas são desenvolvidas internamente e passam por inúmeros testes até chegar ao consumidor.

O objetivo sempre foi unir sabor e melhor perfil nutricional, oferecendo opções sem adição de açúcar e enriquecidas com proteínas, sem abrir mão da textura e da experiência de consumo.

Entre os destaques da marca está a Soft Bar, barra de proteína produzida sem o uso de xarope, ingrediente bastante comum nesse tipo de alimento. Tecnologia própria ajudou a impulsionar o negócio

Para criar uma barra mais macia e com textura preservada por vários meses, a empresa desenvolveu um processo exclusivo de fabricação. A inovação resultou no depósito de uma **patente** no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** e também deu origem a um pedido de **patente** internacional.

Segundo o empresário, a tecnologia permite unir os ingredientes sem recorrer aos xaropes normalmente utilizados na fabricação de barras proteicas, o que ajuda a manter a consistência do produto e pode reduzir desconfortos gastrointestinais em algumas pessoas.

Continuação: Aos 30 anos, engenheiro brasileiro cria marca de snacks saudáveis com receitas autorais e fatura 30 milhões

Atualmente, a Soft Bar é o principal produto da empresa e vende cerca de 400 mil unidades por mês. Produtos já estão em quase todo o Brasil

Mesmo sem lojas próprias, a marca conquistou espaço em supermercados, farmácias e distribuidores espalhados por quase todo o país. Além do varejo tradicional, alguns produtos também abastecem restaurantes e estabelecimentos do setor de food service.

A estratégia da empresa agora é fortalecer ainda mais a distribuição nacional, ampliando a presença em estados onde a marca ainda tem espaço para crescer. Um nome inspirado pelo filho

A história da empresa também guarda um detalhe curioso. O nome Bendu nasceu dentro de casa.

Quando ainda era pequeno, o filho mais velho de Marcelo pronunciava a palavra "amendoim" como "benduim". O apelido acabou chamando a atenção dos pais pela sonoridade simples e fácil de memorizar. Veja também:

Após viagem ao Chile, casal de Brasília transforma o Cerrado em polo de mirtilo e leva fruta para a maior feira do mundo

Microsoft adquire licença do pool de patentes Sisvel Wi-Fi Multimode

O Mundo do Marketing é o principal portal de conteúdo para os profissionais da área com casos de sucesso, entrevistas, pesquisas, tendências, insights, estudos

A Microsoft tornou-se licenciada do pool de patentes Sisvel Wi-Fi Multimode. A gigante norte-americana de computadores e software é a mais recente de uma série de grandes empresas a adquirir uma licença para as patentes essenciais ao padrão, oferecidas por meio do programa. Com isso, a Microsoft se junta à ASUS, à Hewlett Packard Enterprise, à Sony Group Corporation, à Huawei, à Panasonic, à Philips e à ZTE, que também são licenciadas do consórcio, assim como a KPN, a Mitsubishi Electric, a Orange, a Aegis 11 (uma afiliada da Sisvel), a SK Telecom e a Wilus.

O pool Sisvel Wi-Fi Multimode abrange tanto o Wi-Fi 6 quanto o Wi-Fi 7 e oferece uma maneira eficiente de acessar direitos essenciais de Wi-Fi nos próximos anos. Ele foi lançado publicamente em janeiro de 2026 como sucessor do consórcio de patentes Sisvel Wi-Fi 6. Ao longo de um período de três anos sob esse programa, foram firmados acordos com 40 empresas, incluindo Acer, Netgear, Cisco e HP.

"É um prazer dar as boas-vindas à Microsoft como licenciada do pool Sisvel Wi-Fi Multimode", afirma Alex Debski, diretor de Licenciamento e consultor Jurídico e de Negócios da Sisvel. "Embora as negociações tenham sido, por vezes, desafiadoras, elas sempre transcorreram de forma cordial e construtiva. Somos gratos à equipe da Microsoft pela postura positiva que adotou."

"Ter a Microsoft aderindo em bases amigáveis representa mais uma clara validação da proposta e da estrutura de royalties do pool Sisvel Wi-Fi Multimode", afirma Heath Hoglund, diretor de **Propriedade Intelectual** da Sisvel. "Parabenizo todos os envolvidos pelo profissionalismo e pela competência. O programa está ganhando um impulso considerável, e espero dar as boas-vindas a novos licenciados em um futuro próximo."

Sobre a Sisvel

A Sisvel é movida pela crença na importância da colaboração, da engenhosidade e da eficiência para atender às necessidades dos detentores de **patentes** e daqueles que desejam acessar suas tecnologias. Em um mercado complexo e em constante evolução, nosso princípio orientador é criar condições equitativas por meio do desenvolvimento e da implementação de soluções de comercialização flexíveis e acessíveis.

Sisvel | We Power Innovation

O texto no idioma original deste anúncio é a versão oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Ver a versão original em [businesswire.com:https://www.businesswire.com/news/home/20260630169480/pt/](https://www.businesswire.com/news/home/20260630169480/pt/)

Mídia

Giulia Dini

Executive Head of Brand

Tel.: +34 93 131 5570

giulia.dini@sisvel.com

Governo responde aos EUA que tarifaço é 'remédio inapropriado'



**Documento de Mauro Vieira diz que o Pix não exclui empresas americanas

**Em resposta às conclusões do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), que no mês passado recomendou ao presidente Donald Trump a aplicação de uma tarifa punitiva de 25% sobre diversas importações brasileiras, o governo Lula afirmou que o tarifaço é "remédio inapropriado", que o Pix não discrimina empresas americanas, ampliou o mercado e favoreceu a inclusão bancária. Os argumentos foram apresentados na investigação aberta contra o Brasil com amparo na Seção 301 da Lei de Comércio americana.

**

O USTR justificou a sanção com uma investigação que teria apontado políticas brasileiras discriminatórias ao comércio americano, como interferência de tribunais brasileiros nas big techs dos EUA, favorecimento ao Pix em detrimento de plataformas de pagamento americanas, fragilidade na proteção à **propriedade intelectual, corrupção, desmatamento e barreiras às importações de etanol.

**

**Em um documento de 29 páginas, assinado pelo chanceler Mauro Vieira, o Brasil afirma que a tarifa de 25% sobre importações brasileiras proposta pelo USTR "está desconectada do objetivo de eliminar

as condutas questionadas e impor custos substanciais aos interesses comerciais dos EUA".

**

**O documento diz ainda que o arcabouço legal do Pix, uma das justificativas do USTR para propor as sanções, trata igualmente entidades nacionais e estrangeiras.

**

**"O arcabouço legal é neutro e aplica-se igualmente a entidades domésticas e estrangeiras. Longe de excluir firmas estrangeiras, o Pix ampliou o mercado e criou novos pontos de entrada para provedores privados, incluindo empresas dos EUA como Google Pay e Visa", afirmou o documento assinado pelo chefe do Itamaraty.



**

**O governo brasileiro argumenta ainda que a Seção 301 não autoriza o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos a impor sanções comerciais a um país soberano apenas por discordância política, afirmando que o ato é "irracional" e "onera ou restringe" o comércio dos Estados Unidos. "Como tal, o governo do Brasil solicita que o USTR se abstenha de impor medidas unilaterais como resultado desta investigação", afirmou o chanceler Vieira.

**

Continuação: Governo responde aos EUA que tarifaço é 'remédio inapropriado'

****O Brasil contesta outras conclusões do USTR e argumenta que o país mantém um regime anticorrupção abrangente ancorado em leis domésticas e compromissos internacionais.**

****Corrupção e etanol**

****O documento lembra que o Brasil também assumiu compromissos anticorrupção específicos no contexto bilateral com os Estados Unidos. Cita também ações de combate ao desmatamento, como o reforço do orçamento para atividades de fiscalização contra fraudes no setor de madeira e créditos**

florestais.

****Sobre o mercado de etanol, um dos mais relevantes para a economia americana, o Brasil alegou que a tarifa brasileira é aplicada com base na Nação Mais Favorecida (NMF) e permanece abaixo da taxa consolidada da OMC, sem discriminar os EUA.}**

Designer alemão contesta direitos da Adidas sobre bola da Copa do Mundo



Marius Dittmar alega que design de quatro gomos da Trionda é similar ao seu projeto anterior

Empresa 142k pede a escritório europeu que invalide o registro de design da fabricante alemã

A Adidas passou mais de três anos desenvolvendo e aperfeiçoando a bola de futebol Trionda, usada na Copa do Mundo deste ano, por meio de testes em diferentes climas e estádios.

Mas enquanto a colorida bola finalmente tem seu momento de glória, um designer alemão busca retirar da Adidas seus direitos de design.

Marius Dittmar alega que o design da Trionda não deveria ter recebido proteção porque é fundamentalmente similar aos seus designs de bolas de futebol com quatro gomos - uma ruptura radical com as tradicionais bolas de 32 gomos.

Por meio de sua empresa 142k, que já trabalhou com marcas de artigos esportivos como Jako e Hummel, Dittmar pediu ao Escritório de **Propriedade Intelectual** da União Europeia que invalide o design registrado pela Adidas.

A Adidas fornece a bola oficial de todas as Copas do Mundo desde 1970, garantindo presença de destaque em uma das plataformas de marketing mais valiosas do mundo.

Avanços na tecnologia de fabricação permitiram que designers de bolas reduzissem o número de gomos e alterassem seu formato, o que, segundo eles, melhora a aerodinâmica e reduz o desperdício.

A geometria da bola em si é uma **propriedade intelectual** valiosa.

"O formato do gomo é o elemento fundamental da bola", disse Dittmar, que vem comercializando seus designs de quatro gomos. O resultado da disputa terá impacto sobre a facilidade com que as concorrentes da Adidas poderão comercializar bolas de aparência semelhante.

A Trionda, que conta com um sensor embutido que transmite dados em tempo real para os árbitros, faz parte da estratégia mais ampla de marketing da Adidas para a Copa do Mundo. A empresa alemã fabrica e patrocina uniformes de 14 seleções participantes, contra 12 da rival Nike.

Dittmar disse que entrou em contato com a Adidas em março de 2025 para levantar o que considerava um potencial conflito devido à similaridade do design da Trionda com o seu próprio.

O grupo de artigos esportivos publicou um registro de design na UE para a bola pouco depois. A Adidas já havia protocolado seu registro junto ao EUIPO, mas ele foi mantido em sigilo conforme as regras do bloco que permitem que designs permaneçam não publicados antes do lançamento.

Dittmar disse que inicialmente buscou um acordo de não reivindicação com a Adidas. O acordo - uma promessa legal de não fazer valer direitos de **propriedade intelectual** - teria permitido que ambas as partes comercializassem o design. Ele só optou por contestar o design da Adidas depois que a empresa se recusou a se comprometer com o acordo de não reivindicação, disse Dittmar. A disputa foi reportada primeiro pela Manager Magazin.

Em documentos apresentados ao EUIPO, a 142k argumenta que o design registrado pela Adidas carece da novidade e do caráter individual exigidos para proteção porque se assemelha muito a uma bola de quatro gomos anterior, divulgada em um pedido de patente nos EUA publicado em 2008.

A Adidas argumenta que, embora ambas as bolas tenham o mesmo número de gomos, a curvatura das costuras que os conectam, as proporções dos gomos

e o fluxo direcional do design formam um design geral distinto.

A empresa disse que a ação de Dittmar se refere apenas ao formato dos quatro gomos e que o esquema de cores e a textura da bola são cobertos por proteções separadas sob a legislação de design e marcas registradas.

A proteção de **propriedade intelectual** é fundamental na indústria de artigos esportivos, permitindo que marcas impeçam concorrentes de se aproveitarem de seus desenvolvimentos lançando produtos imitadores mais baratos.

Ansgar Ohly, professor de **propriedade intelectual** e direito da concorrência na Universidade Ludwig Maximilian de Munique, disse que a Adidas continuará a se beneficiar de seu reconhecimento de marca e direitos de marca registrada, independente-

mente do resultado da disputa.

"Os consumidores ainda saberão qual bola é o produto original da Adidas", disse ele.

A Adidas pretende usar o mesmo design de gomos em competições como a Bundesliga alemã e a Major League Soccer na América do Norte.

O EUIPO deu à Adidas até agosto para responder antes de emitir uma decisão. A empresa disse que manterá todos os direitos de comercializar e vender a bola da Copa do Mundo independentemente do resultado do processo e que não haverá "nenhum impacto comercial".

Justiça tem de deter roubo de conteúdo por robôs de IA



Quase 400 jornais americanos abrem processo contra OpenAI por violação de **direitos autorais**

Editoras de quase 400 jornais e sites em 33 estados americanos abriram processo contra a OpenAI, criadora do ChatGPT, e sua parceira Microsoft pelo uso, sem autorização, de conteúdo protegido por **direito autoral** no desenvolvimento de seus modelos de inteligência artificial (IA). Na ação, as editoras afirmam que o empreendimento altamente lucrativo da IA cometeu "violação desenfreada" de **direitos autorais**. "A Microsoft e a OpenAI criaram e distribuíram reproduções das obras" ao usar tais conteúdos "para treinar seus grandes modelos de linguagem" e ao implantar produtos novos. O processo pede uma compensação financeira proporcional ao tamanho do roubo e solicita que a decisão seja tomada por um júri.



O New York Times foi a primeira grande empresa de comunicação americana a processar OpenAI e Microsoft. Em dezembro de 2023, abriu ação contra a violação de **direitos autorais** no uso de artigos jornalísticos para treinar modelos de IA, incluindo o ChatGPT. Desde a primeira iniciativa há quase três anos, mais de 40 ações semelhantes foram protocoladas por empresas de comunicação e escritores nos Estados Unidos. Há também iniciativas regula-

tórias relativas ao uso de IA na União Europeia e

noutros países, inclusive o Brasil. Enquanto elas não avançam, a esperança de reparação contra o roubo sistemático de **direitos autorais** está na Justiça.

O processo desta semana foi aberto por jornais locais, cuja audiência tem sido drenada por robôs de IA, sem que os veículos sejam devidamente compensados. Na ação, eles lembram que a própria OpenAI é ré confessa. Em comunicado entregue a uma comissão de investigação da Câmara dos Lordes na Inglaterra em 2023, a empresa declarou que, como os **direitos autorais** "hoje abrangem praticamente todo tipo de expressão humana - incluindo posts de blogs, fotografias, postagens em fóruns, trechos de código de software e documentos governamentais - , seria impossível treinar os principais modelos de IA atuais sem usar materiais protegidos por **direitos autorais**". No mesmo documento, descreveu seus críticos como retrógrados: "Limitar os dados de treinamento a livros e desenhos em domínio público criados há mais de um século poderia gerar um experimento interessante, mas não resultaria em sistemas de IA que atendessem às necessidades dos cidadãos de hoje".

Tal argumento não para de pé. Pelo motivo mais óbvio: é perfeitamente possível treinar os modelos mais potentes de IA com todo o material disponível, desde que se pague pelos **direitos autorais** para usá-lo. Em setembro, a Anthropic, outra empresa americana na vanguarda da tecnologia, aceitou pagar US\$ 1,5 bilhão a um grupo de editoras e escritores após decisão judicial.

Brasil contesta tarifa e diz que Pix não prejudica empresas dos EUA



Brasil afirma que os EUA não provaram que o Pix prejudica empresas americanas e contesta a tarifa de 25% sobre produtos brasileiros. A resposta foi protocolada nesta quarta-feira (1º) pelo governo brasileiro às conclusões das investigações do USTR (Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos).

O que aconteceu

Documento de 29 páginas, assinado pelo chanceler Mauro Vieira, contesta a base legal usada pelos EUA. Para o governo, a Seção 301 "não concede carta branca" para impor custos comerciais.

Brasil chama de inadequada a tarifa de 25% sobre produtos brasileiros. O texto afirma que a sanção reúne temas diferentes e produz efeitos econômicos que o USTR tenta mitigar apenas de forma marginal.

A Seção 301 do Trade Act de 1974 ('Seção 301') não autoriza a USTR a impor ações comerciais meramente porque discorda das escolhas políticas de outro país soberano. Resposta do Brasil ao escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos

Governo brasileiro diz que a investigação americana não mostrou que o Pix restringe empresas dos EUA. O documento afirma que "a participação [no Pix] é aberta", o acesso é não discriminatório e o sistema beneficia empresas ligadas aos Estados

Unidos.

Resposta brasileira também cita a existência de canais diplomáticos entre os dois países. Mauro Vieira afirma que uma tarifa generalizada não é a resposta adequada para divergências dessa natureza.

Big techs e acordos comerciais

Brasil rejeita a alegação de que regras locais atinjam empresas de tecnologia americanas de forma direcionada. O texto diz que essas companhias, como as de qualquer grande mercado, podem ser obrigadas a cumprir ordens legais e sofrer penalidades.

A USTR baseia-se em um conjunto limitado de disputas de alta visibilidade envolvendo plataformas proeminentes dos EUA e infere dessas disputas que os atos, políticas e práticas do Brasil são discriminatórios ou restritivos ao comércio. Resposta do Brasil ao escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos

Governo também contesta a leitura dos EUA sobre acordos comerciais do Brasil com México e Índia. O documento diz que, no Mercosul, preferências tarifárias são negociadas em acordos regionais compatíveis com as regras da OMC.

Na avaliação brasileira, esses acordos não justificam medidas com base na Seção 301. O texto afirma que não há prova concreta de desvio da produção americana para México ou Índia e cita benefícios ao setor automotivo dos EUA.

México e Índia na resposta

Sobre a Índia, o governo destaca que o acordo preferencial do Mercosul tem alcance limitado. Segundo o texto, ele cobre apenas um universo restrito de linhas tarifárias e não sustenta a punição comercial.

Em relação ao México, a resposta cita acordos de complementação econômica para automóveis e autopeças. O governo afirma que esse arranjo beneficia empresas americanas, já que operações mexicanas do setor têm capital ou vínculos dos EUA.

Brasil sustenta que tratar acordos lícitos como prática "não razoável" distorce a própria Seção 301. O documento afirma que, se essa lógica prevalecesse, a lei poderia atingir diversos acordos regionais firmados entre outros países.

Os Estados Unidos e o Brasil mantêm uma relação comercial robusta e crescentemente benéfica, incluindo um superávit comercial de bens dos EUA com o Brasil em 2024. Resposta do Brasil ao escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos

Tarifas e investigação

O USTR (Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos) concluiu uma investigação aberta em julho de 2025 e classificou como "irrazoáveis!" práticas do Brasil. Com isso, o órgão colocou em consulta pública um pacote de "medidas corretivas" que inclui tarifa de 25% sobre bens importados do país, com uma lista de isenções.

Representante comercial dos EUA, Jamieson Greer disse que as conversas com o governo brasileiro se intensificaram, mas não resolveram os pontos levantados. "Ao longo do último ano, o presidente Trump e eu tivemos várias reuniões construtivas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o seu gabinete, que se intensificaram nas últimas semanas. Contudo, continuamos a ter divergências substanciais na resolução das questões identificadas nesta investigação", afirmou Greer.

Lista de exceções inclui itens que o governo americano considera estratégicos ou com oferta doméstica insuficiente. O documento cita, entre outros, ma-

teriais informativos e doações, além de produtos como algumas carnes, frutas, minerais, café, chá, especiarias, cereais, sementes e fertilizantes; aeronaves e peças, terras raras, químicos orgânicos e farmacêuticos também aparecem entre os isentos.

Relatório do USTR reúne críticas em frentes que vão de decisões judiciais envolvendo plataformas digitais a regras de pagamento eletrônico. O órgão afirma que houve ordens sigilosas para remoção de conteúdo político e suspensão de perfis, além de punições como multas e restrições a ativos; também aponta suposto favorecimento a concorrentes locais em pagamentos.

Documento também questiona acordos preferenciais do Brasil com México e Índia e cita queixas sobre etanol. Para o USTR, o Brasil dá tarifas menores a centenas de produtos desses países sem oferecer tratamento equivalente aos EUA e, desde 2017, não manteria reciprocidade no acesso ao mercado de etanol.

Outros eixos incluem desmatamento ilegal, **propriedade intelectual** e combate à corrupção. O USTR diz que o Brasil falha em aplicar seu marco legal contra desmatamento, critica a demora do **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)** para analisar **patentes** e afirma que o país não adota medidas suficientes contra suborno e corrupção.

O que sucesso das camisas falsificadas da seleção brasileira diz sobre o Brasil

O que sucesso das camisas falsificadas da seleção brasileira diz sobre o Brasil - Muito brasileiros optam por adquirir camisas falsificadas da seleção, que custam menos da metade do valor das originais. As camisas falsificadas da seleção brasileira disputam o fortemente o mercado com as originais. Os motivos que levam os consumidores a adquirir produtos pirateados são principalmente econômicos, mas, no caso das camisas da seleção, há também questões de consumo e cultura.

Com preços que variam entre R\$ 450 e R\$ 750, o valor das camisas oficiais da seleção brasileira equivalem a até 46% do salário-mínimo do país (R\$ 1.621). Em contraste, versões não oficiais, muitas vezes anunciadas como de "primeira linha", são vendidas por entre R\$ 80 e R\$ 200, tornando-se uma alternativa viável para grande parte da população.

A comparação internacional ajuda a dimensionar o fenômeno. Na Alemanha, por exemplo, uma camisa oficial da seleção alemã custa cerca de 150 euros. Considerando um salário-mínimo mensal de aproximadamente 2.400 euros, o gasto representa pouco mais de 6% da renda, uma proporção significativamente menor do que a observada no Brasil.

Um brasileiro que recebe um salário mínimo ganha R\$ 54,04 por dia de trabalho. Para comprar a "versão torcedor" da camisa oficial, que custa R\$ 450, ele precisará trabalhar cerca de nove dias. Já os alemães, que recebem em média 80 euros por dia, precisam de apenas dois dias para vestir a camisa da seleção tetracampeã mundial.

Consumo, cultura e pertencimento

Para além do valor na etiqueta, o fenômeno também envolve questões de consumo e cultura. A vontade de pertencer a um grupo - nesse caso, de torcedores - faz com que a camisa, símbolo da seleção, se torne alvo de desejo independentemente do preço.

"A gente busca uma diferenciação, pelo consumo, de que é importante ter esses produtos, mesmo sabendo que existem essas diferenças [entre originais e não-originais]. É algo que faz parte da nossa

cultura", avalia a pesquisadora Ayla Pinheiro Gomes, doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quanto custa fazer uma camisa?

Um levantamento divulgado pela emissora alemã SWR Marktcheck indica que uma camisa vendida por até 150 euros pode ter custo de produção de apenas 11,30 euros. O valor final inclui despesas com licenciamento, marketing, logística e tributação.

"Não existe uma estimativa [de custo de produção] para uma camisa de futebol ou uma camisa esportiva no Brasil", diz Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da Associação Comercial de São Paulo. "De uma forma geral, as camisas pagam uma carga tributária de 35% no preço. Ou seja, um pouco mais de um terço do preço é devido a impostos, o que, evidentemente, vai encarecendo o produto."

Prejuízo e fiscalização

A **pirataria** é crime no Brasil e causa diversos prejuízos: aos donos da **propriedade intelectual**, a quem produz, ao Estado, que deixa de arrecadar impostos, e ao consumidor, que adquiriu um produto sem saber a origem dele.

O comércio de produtos esportivos falsificados já ocupa 34% do mercado brasileiro, de acordo com Renato Jardim, diretor-executivo da Ápice (Associação pela Indústria e Comércio Esportivo). Estudos realizados pela associação apontam que, só em 2025, foram vendidas 225 milhões de peças não-originais.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, em abril, Jardim disse que os cofres públicos deixaram de arrecadar R\$ 7 bilhões em impostos em 2025 e que, apenas no setor de produção, cerca de 60 mil empregos formais não se concretizaram.

O volume de produtos não originais vendidos online e pelas ruas do país têm crescido nos últimos anos, o que levanta questionamentos sobre a eficácia da fiscalização dessas atividades.

Continuação: O que sucesso das camisas falsificadas da seleção brasileira diz sobre o Brasil

Segundo Wagner Carrasco, delegado-titular da delegacia **antipirataria** do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo, o trabalho da fiscalização enfrenta entraves como o volume da demanda e a própria legislação.

"Nós trabalhamos com a legislação que temos, com as possibilidades que temos e fazemos o máximo que pudemos. E isso eu falo, não só a Polícia Civil do estado de São Paulo, mas também outras polícias e outros órgãos, todos trabalham de uma forma muito veemente para combater esse tipo de delito", diz Carrasco.

De fevereiro a abril deste ano, a Receita Federal apreendeu 75 toneladas de produtos esportivos. O valor estimado das quase 430 mil camisas de seleções nacionais e times de futebol apreendidas é de R\$ 14,5 milhões.

Em nota, o órgão diz entender que "muitos consumidores consideram alto o preço de camisas oficiais, mas combater **falsificação** não é defender preço alto; é defender legalidade, consumidor, empregos formais, arrecadação e concorrência justa".

Não deixe que o algoritmo esconda as notícias. Se você valoriza o trabalho da nossa equipe para uma cobertura jornalística confiável, reserve um momento para nos selecionar como sua fonte preferida no Google clicando aqui. Marque o link da DW quando ele aparecer na lista para sempre ver nossas notícias verificadas primeiro. Autor: Evandro Almeida Júnior

Índice remissivo de assuntos

ABPI	1
Direitos Autorais	10
Marco regulatório INPI	3,4,11,12
Patentes	2,3,4,5,11,12
Pirataria	13,14
Propriedade Industrial	3,4,11,12
Propriedade Intelectual	1,2,5,6,7,8,9,11,12,13,14